

Militares põem em livro versão sobre repressão

'Resposta' à Comissão da Verdade, publicação volta às livrarias com 2 mil exemplares

Por José Maria Mayrink - O Estado de S. Paulo - 16 Jan 2013

SÃO PAULO - Vendido em apenas quatro livrarias, mas lançado em clubes e círculos militares de 14 cidades, Orvil - Tentativas de Tomada do Poder, versão de oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a repressão, volta às prateleiras até o fim do mês com uma tiragem de mais dois mil exemplares. As três primeiras remessas, de mil exemplares cada uma, esgotaram-se em três meses. O livro é assinado pelo tenente-coronel reformado Lício Augusto Maciel e pelo tenente reformado José Conegundes Nascimento, que trabalharam sob a coordenação do general Agnaldo Del Nero Augusto, falecido em 2009. Outros oficiais que participaram do projeto não quiseram que seus nomes aparecessem.

Disponível pela internet no site da mulher do coronel reformado Carlos Alberto Ustra, que chefiou o DOI- Codi (órgão de informação e repressão do Exército, em São Paulo) e assina a apresentação, o texto original do Projeto Orvil ficou pronto em 1987, mas o então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que havia autorizado o levantamento, não permitiu que fosse publicado. A iniciativa CIE pretendia ser uma resposta ao livro Brasil: Nunca Mais, de denúncias de prisões, torturas e assassinatos durante o regime militar, escrito por uma equipe ligada ao cardeal d. Paulo Evaristo Arns.

A publicação de Orvil (Editora Schoba, R\$ 72,90), segundo o general reformado Geraldo Luiz Nery da Silva, autor do prefácio, é uma reação à criação da Comissão Nacional da Verdade. "Releva enfatizar neste prólogo", escreve o general, "que os revanchistas da esquerda que estão no poder -- não satisfeitos com as graves restrições de recursos impostas às Forças Armadas e com o tratamento discriminatório dados aos militares sob todos os aspectos, especialmente o financeiro - tiveram a petulância de criar, com o conluio de um inexpressivo Congresso, o que ousaram chamar de comissão da verdade".

Volume de 924 páginas, Orvil - livro, escrito ao contrário - destaca o golpe - ou

contrarrevolução de 1964, como preferem seus autores - que derrubou o presidente João Goulart e a ação de organizações clandestinas que no período de 1966 a 1975 combateram o regime militar pela luta armada. A primeira parte trata da Intentona Comunista de 1935 e a quarta parte analisa a opção da esquerda por uma nova estratégia - a "doutrinação" pelos meios de comunicação, instituições de ensino, sindicatos e movimentos populares sobre a necessidade da revolução.

Dilma. A presidente Dilma Rousseff é citada três vezes e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso uma vez, no índice onomástico de mais de 800 nomes de militantes e teóricos do marxismo que se envolveram direta ou indiretamente na luta armada. Dilma Vana Rousseff Linhares aparece como membro do setor de logística do Colina (Comando de Libertação Nacional), depois na VAR-P (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares), sempre em notas de rodapé. O livro informa que a ex-presidente foi presa.

"No Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrape) foram contatados Fernando Henrique Cardoso, José Artur Gianotti e outros elementos, em busca de inspiração", registram os autores, ao relatar a ação de Piragibe Castro Alves que viajou de Paris para São Paulo em busca de apoio para o Movimento Popular de Libertação (MPL). Esse grupo, liderado inicialmente por Miguel Arraes, então refugiado na França, tinha participação da Juventude Operária Católica e, segundo o CIE, de vários padres e religiosos, entre os quais o dominicano frei Tito de Alencar Lima, um dos frades que se envolveram no esquema de Carlos Marighella.

O livro descreve a agitação estudantil de 1968, citando o nome de José Dirceu de Oliveira e Silva, em rodapé, ao falar do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), onde foram encontradas, segundo os arquivos, drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos. "Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças para atendimento sexual", afirma o texto. O deputado José Genoino é mencionado no episódio da guerrilha do Araguaia. Utilizava o codinome Geraldo e, ao ser preso na selva, teria dado "informações valiosas" sobre o armamento, nível de instrução e de suprimento dos "terroristas".

Outros episódios destacados, além do Araguaia, são a deserção, luta e morte do capitão Carlos Lamarca, a ação de Carlos Marighella e o caso Vladimir Herzog, sempre na versão oficial divulgada na época. Lamarca teria morrido num tiroteio no interior da Bahia, Marighella teria levado um tiro ao resistir a agentes de segurança na Alameda Casa Branca, em São Paulo, e Herzog se teria suicidado numa cela do DOI-Codi. Foram os frades dominicanos que entregaram Marighella, reitera o livro.

Os adeptos da teologia da libertação apoiaram a subversão e a luta armada, afirmam os autores. ao descrever o papel da Igreja Católica no período militar. O cardeal d. Paulo Evaristo Arns (São Paulo), os bispos d. Helder Câmara (Olinda e Recife), d. Waldir Calheiros (Volta Redonda-RJ) e d. Antônio Fragoso (Crateús-CE) e numerosos padres, muitos estrangeiros, são citados como líderes de uma corrente aliada dos subversivos.

Os autores de Orvil atribuem à censura dos meios de comunicação "a falta de conhecimento e de convicção que predisporiam a população a aceitar como verdade os fatos que lhe fossem oferecidos de forma racional ou emocional". Daí, segundo os militares, as repercussões negativas do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a apresentação do regime como "brutal ditadura militar latino-americana" e a afirmação de que os órgãos de segurança e informações vinham sendo os algozes dos subversivos, "atingindo-os de forma sistemática e permanente". É uma referência à tortura, embora não se use a palavra.